

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 18/2024

EDITAL Nº 19/2024

PROCESSO DE DESPESA: 89432/2023 (SEC. ADMINISTRAÇÃO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 110915/2024

PROCESSO LICITATÓRIO: 18/2024

COTAÇÃO: 1067/2024

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(S) PARA REALIZAÇÃO, MEDIANTE CONTRATOS ESPECÍFICOS, DE LEILÕES DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que se acha aberto CHAMAMENTO PÚBLICO para CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO(S) PARA REALIZAÇÃO, MEDIANTE CONTRATOS ESPECÍFICOS, DE LEILÕES DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS DE QUALQUER NATUREZA, INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL em conformidade com o artigo 79 da Lei 14.133/2021, Decreto 21.981/1932, Decreto Municipal 54/2023 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ao procedimento.

1. DO OBJETO, PRAZO E LOCAL

1.1 – O presente Edital tem por objeto o Chamamento Público para credenciamento de leiloeiro(s) para realização, mediante contratos específicos, de leilões destinados à alienação de bens inservíveis de qualquer natureza, incorporados ao patrimônio público municipal, nos termos do ANEXO I – MODELO MINUTA CONTRATO, ANEXO II – REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO, ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

1.2 – O início do credenciamento será a partir do dia **20 de março de 2024**.

1.3 O prazo de vigência do credenciamento será de 12 meses.

1.4 As prorrogações automáticas deverão respeitar o prazo máximo de 05 (cinco) anos.

1.5 O prazo de vigência dos contratos será de 12 meses, prorrogáveis em observância ao prazo de vigência do credenciamento e de acordo com a anuência dos contratados.

1.6 O local será acordado entre leiloeiro(a) e Prefeitura, sendo que é obrigação do leiloeiro destinar e preparar o local para o leilão público, dotando-o de todos os equipamentos necessários para a realização do evento, bem como, disponibilizar pessoal para atendimento aos compradores, sem qualquer ônus para a PREFEITURA.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar os leiloeiros matriculados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com a legislação vigente e normas regulamentares aplicáveis, no pleno gozo de suas funções, e que preencham as condições previstas neste edital.

2.2 Somente poderão participar deste procedimento, leiloeiros que não incorram nos impedimentos previstos nos artigos 156 e seguintes da Lei federal nº 14.133/2021 e ainda que:

2.2.1 Não estejam destituídos ou suspensos do exercício da função, de acordo com a legislação vigente e normas regulamentares aplicáveis;

2.2.2 Não estejam impedidos de participar de procedimentos licitatórios no âmbito municipal e nem foram declarados inidôneos para os fins do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, com as alterações.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

2.2 Os interessados em prestar os serviços, deverão entregar os documentos indicados no item 3 deste edital, somado ao ANEXO II – REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO no Departamento de Compras e Licitações do Município de Xangri-Lá/RS, situado a Av. Elmar Ricardo Wagner (antiga Rua Rio Jacuí), 853, CEP 95588-000, Xangri-Lá/RS, no horário das 12hs45min às 18hs45min.

2.3 O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse edital, durante todo o seu período de vigência.

2.3.1 Além da apresentação da documentação descrita no item “3” do Edital, são condições para o credenciamento atender a TODOS os requisitos constantes no ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA.

3. DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1. Documento de Identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

3.2.1. Regularidade perante a Fazenda Federal,

3.2.2. Regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do credenciado,

3.2.3. Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciado,

3.2.4. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

3.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL:

3.4.1. Comprovação de habilitação legal para o exercício da função de Leiloeiro Oficial, feito através de Certidão ou documento equivalente expedido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul – JUCERGS;

3.4.2. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o leiloeiro prestou, a contento, serviço compatível com o objeto do presente Credenciamento.

3.4.3. Declaração expressa manifestando sua incondicional concordância com a condição de que o Município de Xangri-Lá ficará isento de qualquer comissão ao Leiloeiro Oficial.

3.4.4. Declaração expressa de que todas as despesas necessárias ao desenvolvimento das atividades, publicações, deslocamento e providências a que estará o Leiloeiro Oficial obrigado correrão a sua exclusiva conta, ficando o Município isento de qualquer pagamento, remuneração ou reposição de custos, a qualquer título.

3.5. DECLARAÇÕES:

3.5.1. Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos à sua habilitação;

3.5.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.5.3. Declaração de idoneidade.

3.6. Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município de Xangri-Lá (Departamento de Compras do Município). Os documentos emitidos em meio eletrônico, com o uso de certificação digital, serão tidos como originais, estando sua validade condicionada a verificação de autenticidade pela Administração.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

3.7. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar de sua emissão.

3.8. – O documento de habilitação que apresente falha não sanável através de diligência por parte da Comissão, acarretará a inabilitação do interessado.

3.9. – Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse em participar do presente credenciamento implicará a submissão às normas vigentes e a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

3.10. – Serão aceitas como prova de regularidade perante as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E HABILITAÇÃO

4.1 – A análise dos documentos de habilitação será feita pela **Comissão de Chamada Pública e Chamamento Público**. Deverá ser observado o prazo máximo de 10 (dez) dias para análise da documentação.

4.2 – Considerar-se-ão habilitadas para fins de credenciamento os interessados que apresentarem todos os documentos exigidos no item 3 do Edital.

5. REALIZAÇÃO DO SORTEIO

5.1 A cada leilão que a Prefeitura Municipal de Xangri-Lá necessitar realizar durante a vigência do credenciamento, todos os leiloeiros credenciados serão convocados pela **Comissão de Avaliação Patrimonial** para participar de reunião em que será definido por sorteio, o leiloeiro que o realizará, conforme ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA.

5.2 Todos os leiloeiros credenciados participarão de cada sorteio, inclusive os que já tenham sido sorteados anteriormente para executar outros leilões.

5.3 A convocação será enviada por e-mail e publicada no Jornal Oficial das publicações do Município, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para o sorteio. Seu teor também será transmitido por e-mail ao leiloeiro, na mesma data de expedição da carta.

5.4 Cada sorteio será realizado na data prevista, independentemente de quórum, e seu resultado será comunicado de imediato aos presentes.

5.5 O leiloeiro ausente à reunião do sorteio ou nela não representado não terá prejudicada sua participação no processo.

5.6 Será lavrada ata circunstanciada com todos os fatos relevantes de cada reunião a que se proceder ao sorteio.

5.7 O resultado do sorteio será comunicado a todos os leiloeiros credenciados através dos e-mails informados.

5.8 O leiloeiro sorteado será convocado para assinar contrato com a Prefeitura Municipal de Xangri-Lá por comunicação direta, se estiver presente na reunião em que ocorrer o sorteio, ou através do e-mail informado.

5.9 O leiloeiro convocado para assinar o Termo de Contrato, deverá fazê-lo em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que receber a comunicação, sob pena de aplicação das sanções previstas em Edital.

5.10 O contrato a ser firmado regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

5.11 Cada contratação será formalizada, com base no processo de credenciamento, por inexigibilidade de licitação, devidamente autorizada, ratificada pela autoridade superior e divulgada com antecedência de 05 (cinco) dias corridos em relação à sua vigência, e o contrato durará até que seu objeto seja executado, em conformidade com o planejamento do leilão que será realizado em conjunto entre a Prefeitura Municipal de Xangri-Lá e o leiloeiro.

5.12 Para celebração de Contrato, o leiloeiro deverá manter as condições que lhe permitiram participar do processo de Credenciamento.

5.13 Para assinatura do contrato, a Prefeitura Municipal de Xangri-Lá efetuará consulta aos sites na internet da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, SICAF, CADIN e CEIS para verificar se o leiloeiro continua atendendo às condições que lhe permitiram ser para realizar seus leilões.

5.14 O não atendimento às condições para credenciamento ou contratação, assim como a recusa injustificada em assinar o contrato, implicará a perda do direito à contratação, com aplicação da penalidade prevista em Edital, reservando-se à Prefeitura Municipal de Xangri-Lá o direito de, independentemente de aviso ou notificação, convocar os credenciados remanescentes para novo sorteio.

6. FISCALIZAÇÃO

6.1 O Executivo Municipal reserva-se no direito de fiscalizar o serviço prestado pela contratada, através do servidor **Oscar Nos**, lotado na Secretaria de Administração ou outro servidor a ser indicado pela Administração expressamente em contrato ou através de aditivo contratual, devendo as intercorrências serem registradas junto ao ANEXO II – REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações contidas na Lei 14.133/2021.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8. DO PAGAMENTO:

8.1 Pela prestação dos serviços, o leiloeiro oficial e sorteado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem, a ser pago pelo comprador ou arrematador no ato do leilão, nos termos do art. 24, parágrafo único, do Decreto 21.981/32, não cabendo a Prefeitura Municipal de Xangri-Lá a responsabilidade pela cobrança da comissão devida, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-la, conforme ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA.

9. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

9.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme Art. 164 da Lei 14.133/2021.

9.2. É admitido o envio de impugnações do edital ou de recursos via e-mail, através do endereço eletrônico licpmx@gmail.com.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

10. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

10.1. A Prefeitura Municipal poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidas após o credenciamento, que importem comprometimento da sua capacidade jurídica, técnica, fiscal ou da postura profissional, ou ainda que viole o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso seja a que título for.

10.2. Fica assegurado ao credenciado o direito ao contraditório cabendo ao gestor do contrato a decisão final.

10.3. O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

11. DA REVOGAÇÃO DO CHAMAMENTO

11.1 – O presente chamamento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação, além dos previstos na Lei nº 14.133/2021.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Todas as OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO e a PRESTAÇÃO DE CONTAS efetuada pelo mesmo, deverão seguir conforme o determinado no ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA.

12.2. O edital relativo ao presente Chamamento poderá ser obtido junto ao sítio do Executivo Municipal (www.xangrila.rs.gov.br). Informações poderão ser prestadas aos interessados no horário das 12hs45min às 18hs45min, na Prefeitura Municipal de Xangri-Lá.

12.3 – Integram o presente Edital, de forma complementar entre si, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – MODELO MINUTA CONTRATO;
- b) ANEXO II – REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO
- b) ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

12.4. Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, com o auxílio das unidades de assessoramento jurídico e de controle interno, conforme Art 9º do Decreto Municipal 54/2023.

12.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Capão da Canoa, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Xangri-Lá, 12 de março de 2024.

Celso Bassani Barbosa
Prefeito Municipal